

# (Re)construções do Carmo

Utopia no Espaço Público

CÉLIA NUNES PEREIRA

*«O Convento do Carmo, em boa medida, (...)» na sequência das «(...) bem intencionadas» campanhas tanto de reconstrução como de restauro de que foi objecto, as quais acabaram sempre por ficar «(...) incompletas (talvez por serem demasiadamente ambiciosas ou irrealistas para a época), estacionou como um símbolo de pedra – um esqueleto, ou um sinal dessa Morte incontornável que espreita a praça universal, lá em baixo, essa praça do Mundo que é o Rossio.»<sup>1</sup>*

Na primeira metade do século XIX, impulsionada por influentes intelectuais como Alexandre Herculano, principia-se a abertura de uma nova vertente no que respeita à valorização do património arquitectónico português. Iniciativa que vemos espelhada através de publicações e artigos<sup>2</sup> que, se assumem como verdadeiros manifestos, apelando a uma tomada de consciência pública das delapidades circunstâncias em que se encontravam os nossos monumentos<sup>3</sup>. Situação que urgia inverter.

- 1 PEREIRA, Paulo, «A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo», *Separata das actas do Colóquio Comemoração dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo de Lisboa*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1989, pp.112
- 2 Como «Os Monumentos» ou «Mais um brado a favor dos monumentos». Cfr. HERCULANO, Alexandre, «Os Monumentos (I)», *O Panorama*, n.º69, vol. II, Lisboa, 1838, p.266-268; «Os Monumentos (II)», n.º70, pp.275-277; «Mais um brado a favor dos monumentos (I)», n.º93, vol. III, 1839, pp.43-54; «Mais um brado a favor dos monumentos (II)», pp.50-52.
- 3 ROSAS, Lúcia Cardoso, «Monumentos Pátrios, A Arquitectura Religiosa Medieval – património e restauro (1835-1928)», Vol. I, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto, 1995, pp.21-23

Neste sentido, logo no primeiro número da sua revista (*O Panorama*, lançada em 1837), Alexandre Herculano, aborda (emblematicamente) as cenográficas ruínas da antiga Igreja do Carmo, artigo<sup>4</sup> onde a sua veia romântica<sup>5</sup> chama a atenção para um abandonado espaço queurgia desocultar.

Sob a real protecção do mecenas D. Fernando II<sup>6</sup>, as ruínas do templo carmelita são atribuídas a partir de 1863, à *Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, dirigida pela prestigiada figura de Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896)<sup>7</sup> – « (...) responsável pelo lançamento definitivo do interesse pela arqueologia medieval portuguesa contribuindo para a criação de uma nova consciência patrimonial.». A instituição funda aí a sua Sede e projecta desde logo a concepção de um futuro Museu<sup>8</sup>, que tinha como objectivo acolher o crescente acervo de depredadas antiguidades artísticas que se encontravam dispersas pelo país. Entre os interessantes núcleos de objectos arqueológicos que testemunham esta acção, destacam-se os conjuntos de tumularia medieval e lapidária. O projecto de criação do museu de “salvados” com componente pedagógica foi colocado em prática, tendo sempre a Real Associação,<sup>9</sup> como matriz de orientação «(...) a concentração de esforços na divulgação, valorização e protecção da arquitectura, onde o restauro, sob uma faceta teórico-prática, mantém um papel de relevo.»<sup>10</sup>

Esta iniciativa traduz-se numa activa e permanente intervenção no espaço, tornando o edifício numa *sui generis ruína musealizada* de ressaibos caracteristicamente românticos. Factores que permitiram a laboração de um efectivo plano de reestruturação do espaço, respeitando a unidade arquitectónica que se tinha tido, «(...) o bom juízo de conservar (...)».<sup>11</sup>

Múltiplas foram as diligências que a *Associação dos Arqueólogos e Architectos Civis Portugueses*, dedicou a este monumento durante as várias campanhas de obras de adaptação e remodelação do espaço preexistente, de modo a alcançar a funcionalidade pretendida para um eficaz desempenho das actividades engendradas pela Sede e Museu, respectiva conservação e preservação estética do edifício.

4 HERCULANO, Alexandre, «A Architectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa.», *O Panorama*, nº1, Maio, Lisboa, 1937

5 FRANÇA, José-Augusto, «O Romantismo em Portugal, Estudo de factos socioculturais», Livros Horizonte, Lisboa, 1993, p.127

6 Sobretudo de 1864 a 1886. Cfr., SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., «Igreja de Santa Maria do Monte do Carmo de Lisboa – Memória e Ruína», Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001

7 MARTINS, Ana Cristina, «Possidónio da Silva e a Memória Histórica, Um percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos», Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa; ARNAUD, José Morais, Carla Varela Fernandes (coord.), «Construindo a Memória – Coleções do Museu Arqueológico do Carmo», Lisboa, 2005, pp.49-54. Sobre vida e obra deste arquitecto da Casa Real Cfr. MARTINS, Ana Cristina «Possidónio da Silva: um Exemplo da Arqueologia Europeia de Oitocentos», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Instituto Português de Arqueologia, nº4, Lisboa; «Possidónio da Silva, a R.A.A.C.A.P. e os Estudos Pré-históricos no Portugal Oitocentista», *Arqueologia*, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, nº24, Porto, 1999; FRANÇA, José-Augusto, «Arte em Portugal no Século XIX», Bertrand, 1966, pp.320-322

8 ARNAUD, José Morais, Carla Varela Fernandes (coord.), *op. cit.* p.39-91

9 *Idem, ibidem*, p.39

10 SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *op. cit.*, Lisboa, 2001; Cfr. as várias publicações editadas pela respectiva Associação primeiro atendendo ao título de «Archivo de Architectura Civil, Jornal da Associação dos Architectos Portugueses», e posteriormente como «Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses», editados entre 1865 e 1899.

11 HERCULANO, Alexandre, «A Architectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa.», *O Panorama*, nº1, Maio, Lisboa, 1937, p.4

Inicialmente a Associação detinha o usufruto apenas da área que compreendia as três naves da Igreja, pois o transepto e cabeceira encontravam-se atribuídos, por porta ministerial, à Guarda Municipal (sendo usados como estrumeira e cavalaria dessa entidade estatal)<sup>12</sup>. Condições que vão se procurando inverter de modo a corresponder às suas necessidades enquanto instituição benemerita e de interesse público, cuja *imagem inspiradora* despertava entre os intelectuais da época uma progressiva onda de «(...) *reflexão feita em torno da valorização e restauro do património.*»<sup>13</sup>

Para uma melhor compreensão dos esforços realizados por esta Associação, elencamos uma sucinta listagem das intervenções de restauro efectuadas entre 1864 e o início do século XX<sup>14</sup> a qual nos transmite as suas maiores preocupações: «Lavagem de cantaria dos tectos e paredes com eliminação de rebocos das paredes (1865); Eliminação das estruturas que entaipam o portal lateral Sul de entrada (1865); Vontade expressa de enquadramento das estruturas dos fechos dos arcos de acesso às capelas colaterais adoptando uma estética neo-gótica consentânea com o ambiente envolvente; Desobstrução do portal principal de entrada para o museu com a preocupação de fazer realçar os colonelos que o decoram, reconhecidos como elementos originais do templo gótico (1876); Criação de um pequeno adro externo e rebaixamento do terreno diante da fachada principal para sua maior valorização (1878); Conclusão da realização do adro com escadas exteriores de acesso às Ruínas e protecção com grade em ferro, fixa a pilares de cantaria (1881); Valorização do portal principal, parte integrante do monumento original, com um eficaz sistema de iluminação para a época, a luz Drummond (1880); Modernização da iluminação nocturna do mesmo portal com iluminação a gás (1885); Desaterro do entulho existente no interior das Ruínas com a preocupação de deixar em evidência o total embasamento das colunas das naves (1876 / 1878); Preocupação em pavimentar parte do interior das Ruínas, facilitando a circulação interna no museu e permitindo uma melhor manutenção conservativa da muralha do Carmo (1878); Colocação de vidros encaixilhados nas frestas e janelas (1872); Obras de conservação das abóbadas e terraços (1871 / 1879) – O acesso do público aos terraços da abside, “miradouro” privilegiado sobre a cidade, manteve-se em discussão e prolongou-se pelo século XX. Este terá sido concedido em situações pontuais e certamente para convidados especiais,» (...) como no «momento de inauguração do Monumento a D. Pedro IV, 29 de Abril de 1870; Luta pela posse do Corredor do Carmo, passagem exterior a Sul do monumento, que permitiria o mais fácil acesso às Ruínas (através do Portal lateral Sul, para o que se apela à eliminação da estrutura que o mantém entaipado). Em 1900 é considerado, pela Associação, como zona envolvente, deven-

12 Cfr. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa/Alto da Eira, «Commando Geral das Guardas Municipaes (Correspondência)», 1834 a 1865, Ofício nº361 enviado pelo Comandante Geral da Guarda Municipal ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 23.7.1864, referência citada por SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *op cit*, 2001, p.138

13 *Idem, Ibidem*, p.117

14 Factores que nos ajudam a situar no tempo e no espaço as ocorridas intervenções. Cfr. *Idem, Ibidem*, p.154-156 (Cfr. ilustrações no segundo volume desta tese).

do ela também ser incluída no perímetro do antigo templo pois nele se encontrava um cruzeiro que pertencia ao adro da Igreja de Santa Maria do Carmo de Lisboa; Preocupação constante com a possibilidade de cobertura das naves para melhor conservação da mole arquitectónica exposta às intempéries e aperfeiçoamento das condições museológicas (1865 / 1881).»

Na sua maioria, estes trabalhos foram custeados pelo Ministério das Obras Públicas do Reino e/ou pela Câmara Municipal de Lisboa, destacando-se também algumas acções de dádiva régia (caso dos primeiros caixilhos e vidros ofertados por D. Luís I), visto que, a Associação não auferia de recursos financeiros suficientes para fazer face a estas necessidades.

A par dos restauros pontuais efectuados e das permanentes actividades postas em prática para acautelar a preservação do monumento as indagações em torno da criação de uma cobertura, continuam a inquietar os vários defensores do património, movidos pelo fervor utópico típico do romantismo. As manifestações, embora seguissem rumos diversos, convergiam no que seu principal objectivo: conservar e proteger o Carmo – «Porque se não determina uma cobertura de construção mista, para o Cruzeiro e depois para as naves do templo, evitando assim a sua completa ruína?»;<sup>15</sup> «Deixem-no estar como está [o templo do Carmo]. Cento e cinquenta anos, entretiveram-se a revestir de poesia os fustes, os arcos e as fantasias arquitecturais de Frei José Pereira de Santana e de Frei Patrício José. As obras inacabadas dos Carmelitas criaram já uma tradição de pitoresco. Não as perturbem....que as estragam.»<sup>16</sup>

Logo no ano seguinte à fundação da Associação, numa das Assembleias Gerais, Possidónio da Silva avança com a proposta de se solicitar perante o governo português uma significativa parte da verba destinada para a conservação dos monumentos nacionais, para investir na criação de uma cobertura do cruzeiro do templo. Não se verificando qualquer adjudicação neste sentido, o presidente da Associação apresenta uma nova proposta, sugerindo que se «(...) solicite das Cortes na actual Legislatura a authorização para que por uma única vez seja concedido fazer-se uma lotaria extraordinária; afim de ser applicada a importância da décima estipulada para as obras do cobrir as naves deste edificio historico, e poder-se conservar o tippo desta arqchitectura, que especialmente o distingue de todos os outros existentes em Portugal».<sup>17</sup> Intentos que também saem malogrados. Retomando-se novamente em 1874-75 a primeira ideia exposta, frisa-se a urgência e importância da obra a concretizar, de modo a ampliar o espaço expositivo do museu e proteger as ruínas da acção das intempéries – sugerindo-se que «(...) os trabalhos deveriam começar (...) talvez por cobrir o cruzeiro da egreja, que é a

15 SÁ VILLELA, «As Ruínas do Carmo (breves considerações), I. O Monumento – II. O Museu – III. A Associação», Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1876

16 SEQUEIRA, Gustavo de Matos, «O Carmo e a Trindade», 1941, p. 119

17 Proposta assinada por Possidónio da Silva a 13/07/1871 – Cfr. Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Caixa 1 – Propostas, 1864-1887). Citado por SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *op. cit.*, Lisboa, 2001, p.156

parte que mais fácil parece de ser coberta pela solidez das paredes; podendo ser a cobertura, que porventura se faça de construção mista, para maior economia e brevidade d'esta muito urgente reparação.»<sup>18</sup>

O empenho e persistência de Possidónio da Silva, impulsionados pela urgência das obras de restauro a realizar no monumento, continuam sem cessar. Neste sentido irrompe o sistema de entradas pagas no Museu em 1878, que se viria a traduzir em ilusórios resultados. Ainda nesse mesmo ano «(...) em Março de 1878, em virtude de (...) já terem sido aprovadas propostas tendentes a adquirir meios de receita, fora nomeada uma Comissão para elaborar o projecto de cobertura do edifício – mesmo sem a existência concreta dos meios financeiros que suportassem tais trabalhos – constituída por cinco elementos: Joaquim Possidónio Narciso da Silva, José Maria Caggiani, o Visconde de Alenquer, José Tedeschi e Valentim José Correia.»<sup>19</sup>

Nos anos seguintes os esforços continuam a direccionar-se no mesmo sentido. Em 1881-82 é dirigido mais um pedido ao governo português, oficializado pelo conselheiro José Silvestre Ribeiro, requerendo uma verba através do orçamento anualmente atribuído aos monumentos nacionais. Inconformada com a não obtenção das condições que reivindicavam como essenciais para a conservação das peças museológicas, em Dezembro de 1889 a AAP, apresenta ao governo os vários problemas desencadeados pelo crescente volume de objectos artísticos que a Associação havia acolhido nos últimos tempos, bem como melhoramentos urgentes a satisfazer<sup>20</sup>.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo existem dois importantes documentos que nos demonstram um projecto constituído por dois alçados para a igreja do Carmo com os seguintes intitulações: «Projecto de acabamento e restauração da antiga Igreja do Carmo. Para se lhe dar applicação de sala de exposições e Projecto de cobertura em ferro e vidro das Ruínas do Carmo»<sup>21</sup> não se encontrando nenhum deles datado ou assinado, dispondo apenas da referência «Copiado por Rafael José Fragoso».

Valentim José Correia e Veríssimo José da Costa, terão sido os architectos encarregados de projectar a traça da cobertura para as “musealizadas” Ruínas do Carmo, como nos indica a documentação existente no Arquivo do Ministério das Obras Públicas<sup>22</sup>: «(...) coadjuvando os architectos da dita Intendência, tanto na

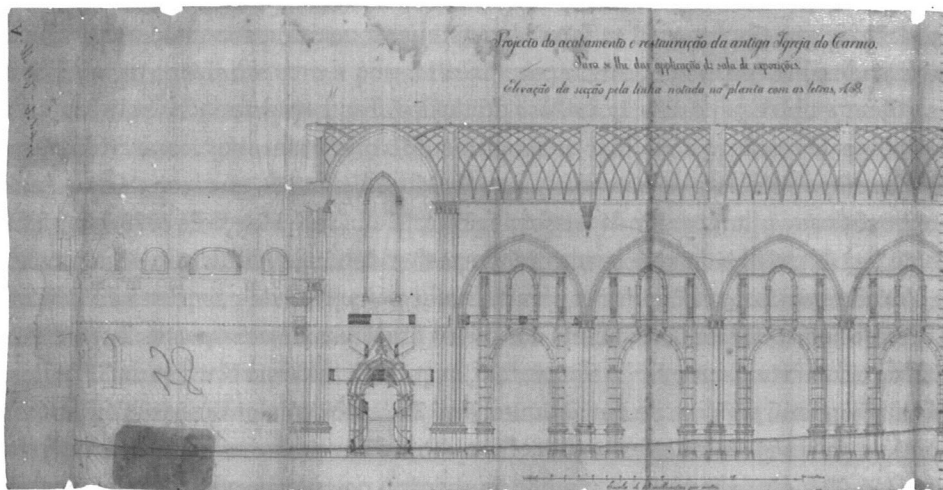
18 «Representação da R.A.A.C.A.P. ao Governo para obtenção de verba para o restauro e a cobertura do Cruzeiro com “estrutura mista”, AHAAP, Caixa 1 - *Propostas 1864-1887*. Citado por Idem, *Ibidem*, p.157; É também neste período (1873), no âmbito da Exposição Universal de Viena de Áustria, que Possidónio da Silva apresenta um «Projet pour un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la Ville de Lisbonne». Cfr. SILVA, Joaquim Possidónio, «Projet pour un Musée des Beaux-Arts et d'Antiquités pour la Ville de Lisbonne», Imprimerie National, Lisbonne, 1873; Saliente-se que ainda antes desta última proposta, surge uma outra da autoria de Joaquim da Costa Cascaes, em 1867, igualmente com o objectivo de angariar fundos para a reconstrução do cobrimento das ruínas, ao qual se junta também o intento de implementação de uma capela para acolher os despojos mortais de D. Nuno Álvares Pereira. Objectivos, cujo alcance deveria ser efectuado através da abertura de uma subscrição nacional.

19 SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *op cit*, 2001, p.163

20 Avançando o período de 1855-1862. Cfr. SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *op cit*, 2001, p.161 e 166

21 Documento graciosamente cedido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Cota actual: Ministério do Reino, «Projecto do acabamento e restauração da antiga Igreja do Carmo. Para se lhe dar applicação de sala de exposições e Projecto de cobertura em ferro e vidro das Ruínas do Carmo», (Copiado por Rafael José Fragoso) Coleção de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 5277, n.º 17 e 18

22 Cfr. Respectivamente, «Atestado da realização de um projecto de cobertura da Igreja do Carmo de Lisboa com ferro e vidro, junto ao Processo individual de Valentim José Correia, Arquivo Histórico do MOP, Processo individual de Valentim José Correia, Documento nº4», e «Atestado da realização de um projecto de cobertura da Igreja do Carmo de Lisboa com



confecção do projecto para cubrir com ferro e cristal a antiga Igreja do Carmo a fim de servir de sala para as exposições industriaes (...); «Com cumprimento das ordens de S. Ex. o Ministro e Secretário d'Estado d'esta Repartição, é nomeada uma Commissão composta dos Architectos Veríssimo José da Costa e Valentim José Corrêa para projectarem a cobertura da incompleta Igreja do Carmo, por meio d'um systema d'arcos e caixilhos de ferro sobre os quaes se applicarão as vidraças para a transmissão da luz - Na feitura deste projecto e que deve igualmente incluída a parte relativa à conclusão dos arcos de cantaria que haverá a concluir ou a fazer de novo, deve a Commissão seguir rigorosamente a ordem d'Architectura com que foi começado este edificio.<sup>23</sup> O que participo a V. Ex.a. para o fazer constar aos mencionados Architectos, afim de começarem desde logo o cumprimento deste serviço.(...)»<sup>24</sup>.

Com excepção da documentação estatal estranha-se que nada seja referenciado sobre este projecto nos vários meios de divulgação da época, nem mesmo nas actas da Associação<sup>25</sup> (tendo em conta que os dois architectos destacados para a elaboração do projecto, eram membros fundadores e sócios activos da Associação), em cujas reuniões a cobertura do museu é sempre uma das principais preocupações a debater durante décadas.

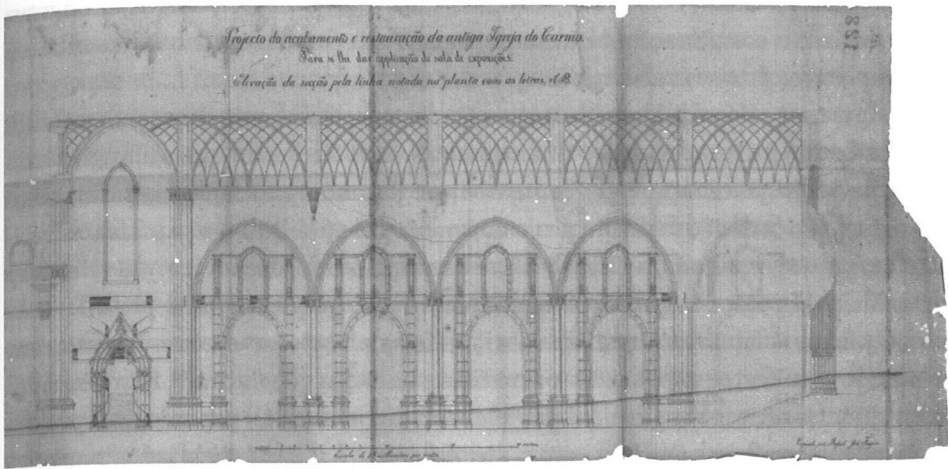
Rejeitando-se todas as fontes escritas e iconográficas que lhes podiam permitir a realização de um projecto que devolvesse à igreja novamente a sua génese gótica, o projecto tinha como objectivo, «(...) réunir dans le même édifice des ou- vres anciens, de sculpture de différentes époques [no seu pavimento térreo] tandis

ferro e vidro, junto ao Processo individual de Valentim José Correia - com cópia do officio ministerial que dá a ordem de execução e pormenores descritivos, Arquivo Histórico do MOP, Processo individual de Valentim José Correia»; Referenciado por Idem, *Ibidem*, p.165

23 Indicação através da qual vemos apelar às premissas Violletianias da *Unidade de estilo*.

24 Idem, *Ibidem*, p.164-165

25 Embora se tenha consciência que algumas delas foram desaparecendo ao longo dos anos.



que son premier étage, il serait destiné aux galeries des tableaux des principales écoles; et aux gravures, aux médailles et aux ouvrages d'orfèvrerie. Il y aurait, de plus, un Grand Salon pour les expositions modernes.»<sup>26</sup> Factores, provavelmente, impulsionados por Joaquim Possidónio da Silva, ter participado nas obras da Galeria de Cristal do Palais Royal e das Tulherias em Paris, travando conhecimento com personalidades que incitavam naquele momento a expansão das estruturas em ferro e vidro, entre as quais se destacam os arquitectos de Napoleão Bonaparte Charles Percier e Fontaine com quem fez formação<sup>27</sup> (e mais tarde com Victor Baltard e Henri Labrousse).

Podendo assim supor-se que o presidente da Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses terá certamente colaborado na elaboração do projecto em ferro e vidro para a cobertura da antiga igreja do Carmo<sup>28</sup>, contribuindo com importantes sugestões como: «(...) distribuição, na abundância da luz, na ventilação regular, todas as condições essenciaes que se exigem em edifícios d'este genero, para que offereçam commodidade e salubridade.»<sup>29</sup> – dando origem a um organismo museológico vivo e dinâmico, com capacidades interactivas sedimentadas sobre as propriedades intrínsecas do monumento realçando a « (...) interligação entre o dia e a noite, luz natural e a artificial, o claro e o escuro, tão ao gosto revivalista e romântico.»<sup>30</sup>

Possidónio da Silva, «(...) pressupunha a transformação do valor de memória deste monumento involuntário em novo valor de utilização, ao pretender-se re-

26 ARNAUD, José Morais, Carla Varela Fernandes (coord.), *op cit*, 2005, p.68

27 PEREIRA, Célia Nunes, «A formação do arquitecto Joaquim Possidónio da Silva e a defesa do património artístico em Portugal», «Chiado, Baixa e Confronto com o Francesismo' nas Artes e na Literatura», Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Lisboa, 2013

28 SOARES, M. Margarida, *Ibidem*, pp.70-71

29 Idem, *Ibidem*, p.71

30 Idem, *Ibidem*, p.74

criar no interior da igreja um dos “templos” de peregrinação laicizada da nossa contemporaneidade (...)»<sup>31</sup>, convertendo-a numa sala de exposições, cuja cobertura permitiria a continuação da ideia de espaço a “céu aberto”, à qual os olhares contemplativos de que era alvo, já se tinham afeiçoado.

Todavia a impossibilidade de execução deste projecto permaneceu, em larga medida devido às incapacidades financeiras da Associação, ao que se junta a ausência de apoio governamental. Elementos que foram imprescindíveis para a colocação em prática de tão arrojado projecto, que por si só já brotava pertinentes reticências no que respeita à certificação da sua estabilidade. Conjuntura que viria a ser acrescida pela polémica que tão ousada intervenção provocava num período onde robusteciam e aclamavam os valores nacionalistas e históricos do monumento, despoletando manifestos vários contra o restauro das ruínas do Carmo<sup>32</sup>, interpretadas como sinónimo invocativo de um bem-aventurado (memorial) passado – «O projecto não só se nos afigura audacioso, mas até temerário (...), tanto pelo lado financeiro como pelo lado artístico (...) sendo talvez impossível aproveitar-se confiadamente o que resta de pé, pois não oferece condições de resistência e de segurança. Neste caso ter-se-hia talvez de começar pelos alicerces. Onde ir buscar os recursos para tamanha empreza? (...) Reconstruir é, na maioria dos casos, profanar (...)»<sup>33</sup>

A importância deste projecto atravessa não só os valores da utopia do “(re)viver eterno” dos homens transposta para os monumentos, como também é uma forma de introdução na capital dos inovadores materiais que emanavam uma apelativa linguagem de vanguarda, ligada ao cerne da Revolução Industrial. Estes inovadores métodos, técnicas e materiais de construção que igualmente se tentaram aplicar a outras emblemáticas estruturas arquitectónicas portuguesas que se não encontravam concluídas como foi o caso da igreja de Santa Engrácia<sup>34</sup>, Sala do Capítulo dos Jerónimos (no decorrer das adaptações da Casa Pia nesse Mosteiro)<sup>35</sup>, Torre de Belém, Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha ou Sé de Lisboa<sup>36</sup>. Situação que levantava diferentes problemáticas, pois era difícil chegar a um consenso de critérios de intervenção a aplicar na prática, devido à divergência e profusão de teorias no âmbito da conservação e restauro, que acabavam por se sobrepor à efectiva e urgente protecção dos monumentos. No caso do Carmo como tivemos oportunidade de verificar, observamos que toda a esfera que gravitava em torno do seu restauro, acabava por se dividir em polos diferentes: de um lado os apologistas do restauro recorrendo a novos materiais<sup>37</sup>, técnicas e métodos (remetendo para as diversas teo-

31 Idem, *Ibidem*, p.74

32 Manifestos como o organizado pela Comissão Organizadora das Comemorações da Imaculada Conceição, no qual terá participado Rosendo de Carvalheira. Cfr. SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., *op cit*, 2001, p

33 Idem, *Ibidem*, p.174. Cfr. ainda pp.171-174

34 MANTAS, Helena, «Panteão Nacional - Memória e afirmação de um ideário em decadência (...)», vol. I e II, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, 2002, pp.96-120

35 SOARES, Clara Moura, «As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o Sítio, a História e a Prática Arquitectónica», Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005

36 Sobre alguns destes monumentos consultar referências em ROSAS, Lúcia Cardoso, *op. cit*, Porto, 1995

37 NETO, Maria João Baptista, «Memória Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)», Publicações Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto, Porto, p.53, mas vejam-se também pp.25-55

rias de diferentes intelectuais como Viollet-le-Duc, Camilo Boito e Gustavo Giovannoni, através das quais defendiam de modo geral a conciliação simultânea do «(...) valor museológico e o valor de uso dos conjuntos urbanos antigos.» e sua respectiva integração «(...) numa concepção geral da organização do território.» e do outro a idílica ruína romântica de sabor *ruskiano*, segundo o qual – «Não temos qualquer direito sequer em tocar-lhes. Não são nossos. Pertencem em parte àqueles que os construíram e em parte a todas as gerações que se seguem da humanidade.»

Consideramos que qualquer que fosse a teoria escolhida, pelas diversas facções que se instauravam em defesa da preservação dos monumentos, além da condicionante financeira, que impunha muitos limites de acção, os responsáveis tinham consciência que era necessário que «(...) o conhecimento crítico e evolutivo dos fenómenos (...) [estivesse] presente nas intervenções, (...) a par da sabedoria e do bom senso, para que a História não nos (...) [viesses] a julgar severamente»<sup>38</sup>.

Apesar das principais matrizes do projecto saírem debeladas, as ideologias de concepção de novos projectos para abrigar os arcos em ogiva da igreja do Carmo, continuaram a ter lugar durante o século XX, como foi o caso do projecto solicitado ao Coronel de Engenharia Salustiano Monteiro de Lima, membro da Associação<sup>39</sup> em 1904. Além deste, existiu ainda um projecto<sup>40</sup> da autoria de Cassiano Branco<sup>41</sup>, que data da década de 60, através do qual se propunha a reconstrução do edifício e edificação de uma estátua de D. Nuno Álvares Pereira, no topo de um padrão de cruz lusitana, que figuraria a meio da antiga construção conventual (actual quartel da Guarda Nacional Republicana), encimando a praça do Rossio. Á semelhança das influências que o Carmo absorve na época da sua origem, também aqui observamos a influência da linguagem *batalhina* de traços fortificados utilizada na construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Até à actualidade estas e outras incursões traduziram-se em várias campanhas de intervenção a nível de limpeza, conservação e restauro levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais<sup>42</sup> – principalmente nos anos

38 Idem, *Ibidem*, pp.55

39 ROSAS, Lúcia Cardoso, *op cit*, 1995, pp.79-81

40 Arquivo Municipal de Lisboa – Fotomontagem: «Projecto de reconstrução do convento do Carmo e colocação da estátua de D. Nuno Álvares Pereira», década de 60, Espólio Cassiano Branco, Lisboa / PT / AMLSB / CB / 11 / 02 / 09

41 PINTO, Paulo Tormenta, «Cassiano Branco 1897-1970», Caleidoscópio, Lisboa, 2015

42 Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ex-Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) – Processos de Obras nas Ruínas durante o Carmo Século XX (Tratam-se de fontes sobre obras executadas na Igreja e Convento do Carmo depois deste ter sido declarado Monumento Nacional em 1910, até à década de 80 do século XX; Igreja do Carmo (ruínas): Obras - 1933 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo (ruínas): Obras - 1968 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo (ruínas): Processo Administrativo - 1937 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo (ruínas): Processo Administrativo - 1976 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo (ruínas): Zona de Protecção - 1946 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo (ruínas): Zona de Protecção - 1961 N° IPA PT031106270007; Muralhas do Carmo: Reparação. Primeiro Volume - 1929 N° IPA PT031106270007; Muralhas do Carmo: Limpeza e Conservação. Segundo Volume - 1939 N° IPA PT031106270007; Muralhas do Carmo: Limpeza e Conservação. Terceiro Volume - 1949 N° IPA PT031106270007; Convento e Muralhas do Carmo (Ruínas). Quarto Volume (proces[...]) - 1967 N° IPA PT031106270007; Convento e Muralhas do Carmo (Ruínas). Quinto Volume (proces[...]) - 1985 N° IPA PT031106270007; Museu do Carmo: Processo de Obras. Primeiro Volume - 1978 N° IPA PT031106270007; Museu do Carmo: Processo de Obras. Segundo Volume - 1979 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protec[...]) - 1955 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protec[...]) - 1975 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção - 1949 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção - 1947 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção - 1959 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção - 1946 N° IPA PT031106270007; Igreja

40 do século XX, ligados certamente às ideologias nacionalistas, bebidas neste caso na figura de D. Nuno Álvares Pereira, incutidas pelo Estado Novo, de fazer reviver os mitos heróicos do glorioso passado português. Operações, cujo teor só viria a mudar aquando a reestruturação do Museu Arqueológico do Carmo equacionada entre 1996 e 2001.

A análise de todos estes testemunhos documentais que temos vindo a expor, não apresenta dúvidas em relação à exibição constante de uma linguagem de vanguarda em torno deste edifício monacal. Não tendo sido apenas durante o seu período original de construção, que ostentou um dialecto moderno e actualizado, mas sim consecutivamente, ao longo de todas as diversas eras em que foi objecto de engrandecimentos, reconstruções, reestruturações, reorganizações de espaço, ampliações das suas dependências eclesiásticas e restauros – mesmo que boa parte destes não tenham passado de *utópicos* projectos ou teorias romantizadas ligados aos contextos mítico-simbólico da sua génese.

**CÉLIA NUNES PEREIRA**

Conservadora do Museu  
Arqueológico do Carmo

Lisboa, Janeiro de 2016

---

e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção – 1958 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção – 1958 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção – 1958 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção – 1952 N° IPA PT031106270007; Ruínas do Carmo: Consolidação de Alvenaria em Arcos – 1959 N° IPA PT031106270007; Reparação da Abóbada da Igreja do Carmo – 1951 N° IPA PT031106270007; Reparação de pequenas deficiências na Associação dos Arqueól[...] – 1950 N° IPA PT031106270007; Igreja e ruínas do Carmo: Obras dentro da sua zona de Protecção – 1946 N° IPA PT031106270007; Muralhas do Carmo: Obras de Reparação – 1956 N° IPA PT031106270007; Ruínas do Carmo: Diversas Obras – 1952 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo: Obras de Conservação e consolidação – 1955 N° IPA PT031106270000; Ruínas da Igreja do Carmo: Obras de reparação – 1954 N° IPA PT031106270007; Consolidação das Ruínas do Carmo – 1954 N° IPA PT031106270007; Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Lisboa – 1949 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo (ruínas) em Lisboa – 1933 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo: Obras de Consolidação – 1954 N° IPA PT031106270007; Igreja do Carmo e Ruínas: Administração e Fiscalização – 1933 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1950 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1954 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1952 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1948 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1947 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1954 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1940 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos. 1947 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1947 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1949 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1937 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1946 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1948 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1949 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1947 N° IPA PT031106270007; Igreja e Ruínas do Carmo: Diversos – 1954 N° IPA PT031106270007; Museu do Carmo – 1982 N° IPA PT031106270007; Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa – 1952 N° IPA PT031106270007; Igreja do Convento do Carmo / Museu Arqueológico do Carmo – Lisboa, Lisboa, Sacramento N° IPA PT031106270007; Convento do Carmo – Lisboa, Lisboa, Sacramento – N° IPA PT031106270328; Igreja da Ordem Terceira do Carmo – Lisboa, Lisboa, Sacramento N° IPA PT031106270599

## BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V, *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, editados entre 1865 e 1899
- ARNAUD, José Morais, Carla Varela Fernandes (coord.), *Construindo a Memória – Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, 2005
- HERCULANO, Alexandre, «A Architectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa.», *O Panorama*, nº1, Maio, Lisboa, 1937
- FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal, Estudo de factos socioculturais*, Livros Horizonte, Lisboa, 1993
- Idem, FRANÇA, José-Augusto, «Arte em Portugal no Século XIX», Bertrand, Lisboa, 1966
- MANTAS, Helena, *Panteão Nacional – Memória e afirmação de um ideário em decadência (...)*, vol. I e II, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, 2002
- MARTINS, Ana Cristina, *Possidónio da Silva e a Memória Histórica, Um percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa
- NETO, Maria João Baptista, *Memória Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Publicações Faculdade de Architectura Universidade do Porto, Porto
- PEREIRA, Paulo, *A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo*, *Sep. das actas do Colóquio Comemoração dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo de Lisboa*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1989
- PEREIRA, Célia Nunes, *A formação do arquitecto Joaquim Possidónio da Silva e a defesa do património artístico em Portugal*, «Chiado, Baixa e Confronto com o Francesismo’ nas Artes e na Literatura», Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Lisboa, 2013
- Idem, *A arte na igreja do Carmo de Lisboa*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa (no prelo)
- PINTO, Paulo Tormenta, *Cassiano Branco 1897-1970*, Caleidoscópio, Lisboa, 2015
- ROSAS, Lúcia Cardoso, *Monumentos Pátrios, A Architectura Religiosa Medieval – património e restauro (1835-1928)*, Vol. I, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto, 1995
- SÁ VILLELA, *As Ruínas do Carmo (breves considerações)*, I. O Monumento – II. O Museu – III. A Associação, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1876
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade*, 1941, p. 119
- SOARES, Clara Moura, *As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o Sítio, a História e a Prática Arquitectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005
- SOARES, M. Margarida, *Igreja de Santa Maria do Monte do Carmo de Lisboa – Memória e Ruína*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001

## ARQUIVOS

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa/Alto da Eira, *Commando Geral das Guardas Municipaes (Correspondência), 1834 a 1865*, Ofício nº361 enviado pelo Comandante Geral da Guarda Municipal ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 23.7.1864

Arquivo Municipal de Lisboa - Fotomontagem: *Projecto de reconstrução do convento do Carmo e colocação da estátua de D. Nuno Álvares Pereira*, década de 60, Espólio Cassiano Branco, Lisboa / PT / AMLSB / CB / 11 / 02 / 09

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Caixa 1 - *Propostas 1864-1887*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Cota atual: Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 5277, n.º 17 e 18 Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ex-Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) - *Processos de Obras nas Ruínas durante o Carmo Século XX.*